



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2006

Acta n.º 9

Ao sexto dia do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, no Auditório Municipal, por convocatória de vinte e dois de Agosto e Aditamento de trinta e um de Agosto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 27/06/2006 e 27/07/2006;

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Linha de Alta Tensão Tunes/Estói a 150 Kv - Reconhecimento de Interesse Público para Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal dos Táxis, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da n.º 1 do art.6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho; -----

PONTO SEXTO: Análise, discussão e tomada de posição, sobre o PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território; -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Fernando Vieira Vitória Cabrita (chegou pelas 21:50h), José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. - Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves e Carlos Quintino, e não permanência, Fernando Anastácio (chegou pelas 22:35h). -----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício e Francelina da Luz Rodrigues Lourenço. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros,

Vítor Neto, Paulo Freitas e Ana Cristina Patrício foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Nelson António de Melo, Sílvia Duarte Correia da Rosa e Euridice Eugénia Mendes Vieira. -----

Havendo quórum (vinte e cinco presenças), o Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Manuel Nascimento - Apresenta a sua intervenção (doc.1 e doc.2). -----

1

Provocações em Leito de Cheia (e outros “Disparates Polis”)

1- Antecedentes (águas pluviais)

A área da antiga laguna salgada de Albufeira, o seu tri-milenar porto interior, recolhia livremente, e recolhe agora atabalhoadamente, as escorrências pluviais de vários ribeirecos de regimen torrencial (que só esporadicamente correm, mas fazendo-o então com grandes caudais, que propiciam cheias). A bacia hidrográfica que aí desemboca é apreciável, de uns 30 Km² de área, atingindo 8 Km de profundidade máxima no Escarpão, e engloba toda a metade oriental do Cerro Grande, o Vale de Santa Maria e o Páteo, o Cerro do Malpique, a vertente poente do Cerro da Alagoa, e principalmente o Barranco que com os seus afluentes drena a vasta área da Bolota Vale Pedras, Vale Paraíso, parte da Mouraria, Ferreiras, Ataboeira, Poço das Canas, parte das Assumadas, Texugueiras, Fontainhas, e parte do Escarpão. Numas horas de forte chuvada, o caudal previsível é bastante grande.

Após o surto turístico boa parte dessa enorme área foi urbanizada, impermeabilizada portanto, o que contribuiu fortemente para o reforço do carácter torrencial das escorrências (pois reduziu-se imenso a capacidade de retenção de água pluvial que os terrenos naturais tinham: aqui normalmente ressequidos e ávidos de absorver, e portanto propícios a retardar o fluxo, libertando só depois e lentamente o excesso de água). Agora, chove em impermeabilizado, e as águas são imediatamente lançadas nas canalizações, “atropelando-se” na sua pressa de atingir o Mar, e arrastando muito mais detritos consigo. Mesmo para um volume de precipitação total igual ao de antigamente, o período de escorrência em colector, sendo apreciavelmente mais curto, leva a caudais de ponta muito maiores na rede pública. É pois necessário dimensioná-la por excesso, ao contrário do que o Polis vem fazendo, pois reduz as secções de tubagens aonde intervém, em relação às anteriormente existentes, como na Meia Laranja com resultados à vista!

E a área de recolha de águas, a bacia de recepção, foi até ampliada, pois em toda a faixa próxima do mar as águas que escorriam arriba abaixo, como na travessa do Rego do Moinho junto ao Rocamar, foram canalizadas para a rede pública centralizada. Actualmente pois, após uma chuvada mais brusca, ainda que curta, os esgotos ficam rapidamente saturados.

Na década de 1940, e inícios da de 1950, sofreu já o Centro de Albufeira várias cheias (de que resultaram derrocadas de habitações, e prejuízos materiais e humanos), em consequência dos erros derivados da insuficiência das canalizações colocadas então sob a Meia Laranja e a rua do Cinema (quando do enchimento com entulhos do antigo e natural leito de cheia, na década de 1930, para elevar a quota dos novos arruamentos nuns 3 metros, e dar um ar urbano e não de velho estuário degradado ao centro da Vila), e com a barragem (duns 2 metros de altura, criada no início do areal ao ser ampliado o Cais Herculano), que impossibilitou a escorrência livre dos excessos de água incomportados pelo colector tripartido que ligava o velho Barranco ao Mar, e que infelizmente refez nas cheias o ar veneziano de Albufeira (altura em que barcos de pesca circularam amplamente a salvar pessoas do 1º andar de casas em risco de derrocada).

A construção do grande colector do Barranco, que desemboca na praia do Peneco sob a arriba da Bateria, recto e de secção francamente hidrodinâmica propiciando fáceis escorrências (apesar da última das cheias ser posterior a ele, presumindo-se que entupiu com uma grande árvore atravessada na sua entrada); conjugado com a abertura do canal de saída de enxurradas no cais, junto ao actual Pontão, veio no entanto permitir em termos pluviais 5 décadas de relativo sossego a Albufeira, pelo menos à escala das calamidades públicas (embora subsistindo nesse sector alguns problemas (1) (2)).

2- A provocação Polis

Desprezando o passado, toda a intervenção Polis em termos de esgotos pluviais no Centro de Albufeira (Largo da Meia Laranja, e Rua do antigo Cinema) surge como uma autêntica provocação à Cidade, e à paciência das gentes. Faz positivamente tábua rasa de tudo o que vinha de trás, e esquece a experiência localmente acumulada. E, pior do que isso, esquece os erros

passados, não aprendendo nada com eles, e menosprezando os caudais pluviais em jogo. E é uma provocação tanto mais que a actual solução não tem a mínima hipótese de ser, rapidamente e sem grandes remodelações de fundo, emendada. Insistir na sua manutenção é condenar o Centro da cidade a ter problemas graves ciclicamente, mal chove. Chuva após chuva, o problema preexistirá.

Nas duas chuvas após a conclusão das obras, a novíssima rede de esgotos Polis mostrou ser uma autêntica trampa, e deu fortes e inevitáveis imagens de descalabro, infelizmente maiores até do que eu vinha prevendo (oral, e por escrito). Imagens que os responsáveis, em lugar de encarar de frente e agir com determinação, por forma a colmatar rapidamente os erros, tem procurado disfarçadamente fazer esquecer, com argumentação que alega a anormalidade da chuva....Quando o anormal é não chover! O anormal é saírem grandes caudais de **merda** por quase todas as caixas de esgoto na Meia Laranja, mal chove!

Na chuvada, forte mas curta, no dia seguinte à visita do Ministro da tutela do Polis, houve um espectacular repuxo de fedorenta merda junto ao antigo Cinema com dois metros de altura, e saídas menores junto aos restaurantes... que o pessoal de serviço nestes rapidamente disfarçou.

Na chuva moderada, mas que durou mais duma hora, numa quase madrugada do último Agosto, os problemas foram muito mais graves ainda (levantei-me de noite, mal a chuva abrandou, e vi e fotografei tudo... não estou a falar por falar!). A limpeza de tudo, na esmagadora maioria feita pelo pessoal dos estabelecimentos comerciais da área, demorou até ao fim da manhã, e o cheiro durou bem mais. O apoio dado à limpeza por pessoal Polis ou camarário passou muito despercebido, e só uma semana depois a calha de recolha de esgotos que limita as esplanadas dos restaurantes na praça foi limpa, e, só dela, saíram dois carrinhos de mão bem “acagulados” de fedorenta trampa (que, em lugar de ser imediatamente retirada, teve ainda de esperar o fim do intervalo do almoço do pessoal para desaparecer das vistas de quem almoçava a escassos palmos de distância, num pseudo turismo dito de qualidade!... (E note-se que é uma calha bem difícil de limpar, e complicada como todo o Polis, pois tem de ser toda desaparafusada com paciência, não se conciliando com soluções imediatas e expeditas...))

A quase totalidade dos estabelecimentos do Largo da Meia Laranja, a toda a sua periferia, foram total ou parcialmente inundados do esgoto que, levantando as respectivas tampas, regurgitava da maioria das caixas no pavimento dos arruamentos. E era esgoto de águas negras, e com abundante e mal cheirosa trampa à mistura, que profusamente fotografei. Aconteceu em restaurantes, bares, casas de artesanato, de venda de vinhos... Aconteceu por todo o lado.

A porcaria geral era inqualificável. Nunca Albufeira viu algo assim. E quanto a pedidos de desculpa e promessas de melhoria pela parte do Polis ou da Câmara, ainda hoje o centro da Cidade espera algo de válido. Ainda por cima, agora que o País sofre com os excessos da legislação de qualidade e higiene (que obrigam inclusive a análises microbiológicas nos estabelecimentos do ramo alimentar), o Polis e a Câmara têm que resolver este problema rapidamente, pois quando acontecer outra chuvada moderada (e já não se fala no pandemónio que pode acontecer com uma habitual noitada inteira de chuva de invernias...), para lá dos estragos e despesas com uma nojenta limpeza, todo o centro de Albufeira arrisca-se a ser interditado pela fiscalização da qualidade.

E no estado actual da rede local de esgotos **isto pode acontecer** desde que chova, e **todas as vezes que chova** mais que leves salpicos... e acontecer **vezes a fio!** Pois a única anormalidade da última chuva foi ter sido em Agosto, não a sua intensidade! Se tivermos um Outono e Inverno invernosos, toda a Meia Laranja e os seus estabelecimentos comerciais transforma-se numa permanente cloaca. As causas são várias, facilmente identificáveis até por qualquer leigo:

2.1- Cota das pavimentações – Inexplicavelmente o Polis elevou a cota da pavimentação dos arruamentos da Meia Laranja e da Rua do Cinema, acabando totalmente ou quase com o degrau de acesso a quase todas as edificações; o que, associado a ter acabado também com o desnível existente entre os passeios e as faixas de circulação automóvel, e com as valetas, por onde, a cota mais baixa, circulavam as águas pluviais, tornou sem mais, independentemente dos esgotos terem ou não condições de drenagem, todos os pisos térreos da zona automaticamente inundáveis. Só vejo uma de duas soluções possíveis para o problema: ou a cota de todos os pavimento da zona Polis é rebaixada uns 15 cm em média, o que seria aconselhável e a curto

prazo, antes da chegada da invernã; ou é feita uma ampla calha que dê boa escoante, imediatamente anexa a todas as edificações. A primeira solução teria a vantagem de permitir substituir, ao mesmo tempo, por pavimentos de melhor qualidade os actuais pavimentos Polis (de cimento de garagem, e a calçada pessimamente assente e sem desenhos empregue, e que está a descascar-se por todo o lado).

2.2- Inversão de escorrências - Dado que estamos num velho leito de cheias, e com tradição de graves problemas, e para evitar que um entupimento dum qualquer colector cause problemas de maior, é de elementar bom senso que seja adoptado o principio de que desde o início da zona urbanizada junto à circular de Albufeira, até ao Mar, haja uma suave inclinação, sem hiatos ou descontinuidades, que permita que as águas corram aí, por si mesmo, em emergência sobre os pavimentos, sem que se formem poças de maior. Ora visivelmente isto não acontece em dois locais da Meia Laranja: junto aos restaurantes a Poente da praça, e junto ao Café do Povo, locais onde há uma nítida, inexplicável, e tendo necessariamente de ser corrigida a curto prazo, inversão de declives contra a corrente do leito de cheia, e causadora de graves problemas no futuro. O Café do Povo, na última chuva, foi aliás o local de maior retenção de merda. Em toda a zona Sul da praça, do lado da antiga central eléctrica, embora com menor diferença, acontece o mesmo

2.3- A calha colocada na rua do Cinema - É absolutamente ridículo que num arruamento com a área deste se coloque, e num pavimento quase sem pendentes, apenas uma miserável calha de recolha de chuva, a todo o seu comprimento com pouco mais de 1 cm de largo na boca de entrada, e por baixo dela um mísero “canito” com pouco mais de 10 por 15 cm de secção (o que se põe num pequeno terraço), e saídas deste para o colector espaçadas... Quem projectou, e quem aprovou disparates destes, nunca viu chover. Tudo isto tem de ser, a curto prazo, substituído por um sistema eficiente de recolha de águas pluviais!

2.4- Entulhamento do velho colector tripartido - O pobre do Polis, que infelizmente para nós não acerta uma, teve o desplante de entulhar quase totalmente o velho colector (da década de 1930) que vinha da Meia Laranja até ao Mar, rua do Cinema a fora, sensivelmente a meio desta. Tal operação foi duma estúpida arrogância, ainda por cima com os maus resultados à vista, pois em todo o tempo em que essa relíquia funcionou nunca saiu merda pelas tampas das caixas de esgoto, como agora com as “maravilhas” dos seus canos substitutos aconteceu!

A ideia de destruir este colector (uma das teimosias iniciais de Polis, a que desde logo me opus por escrito, e oportunamente) tem como única explicação camuflar a intenção de revolver o centro de Albufeira... Foi nada mais que o falso pretexto, pseudo técnico, para o fazer, pois se não fosse necessário mexer no colector, e não era, era mais difícil explicar a toda Albufeira porque foi necessário manter revolvida meses a fio, como foi, a imensa área de arruamentos do Centro!...

O velho colector foi, estúpida, ou fraudulentamente no aspecto técnico, sacrificado à ganância desmesurada da operação Polis ser a maior possível, e não apenas a indispensável! Foi todo entulhado, levando num dos seus três sectores apenas um cano de plástico com uns 40 cm de secção apenas, e canelado (para ser mais resistente, mas o que dificulta a escorrência originando assentamentos...) Dizia o povo antigamente que “Quem tem um burrinho e o vende, lá se entende...” Só que deram fim ao burrinho... e “deram com os burros na água”!...

Se, se tivessem limitado a colocar dois novos colectores, para águas negras, imediatamente junto às edificações, de cada lado dos arruamentos, e deixando o velho cano a funcionar para as pluviais da zona, o dispêndio de dinheiro e tempo teria sido bem menor, e Albufeira estaria muitíssimo melhor servida!

2.5- Insuficiente secção de canalizações - É por demais evidente que a secção “económica” de canalizações empregues é positivamente ridícula em relação aos caudais possíveis em jogo. Foram empregues tubagens de plástico com cerca de dois palmos de secção, à volta portanto duns 45 cm, ou pouco mais, tanto para pluviais como para esgoto negro. Para se aquilatar do ridículo dos “canitos” empregues basta comparar com o colector de 80 cm para águas pluviais referido na Nota 2 anexa, que drena parte das águas da R. António Aleixo no Cerro do Malpique, e que eu já por diversas vezes vi, em chuvada, cheio até uns 70 cm de altura!... Bem como escorrências na R. Alves Correia, de lado a lado da rua e com 15 a 20 cm de altura. Qualquer destes dois caudais não cabe nos canitos Polis!... E o resto da água de chuva de toda a

Albufeira que desemboca no Centro desta, cabe aonde “senhores Einsteins”?!... Que belo projecto!?!...

2.6- Cave na R.Alves Correia n.º 46 - Como o Polis subiu a cota base dos seus colectores (e não se percebe bem porquê), é impossível dar saída, como acontecia anteriormente, às águas de chuva e de esgoto da cave desta edificação, a qual se encontra dias a fio totalmente inundada, e incapaz de utilização futura, obrigando-se decerto a Câmara a indemnizar os lesados. Presume-se que o velhíssimo cano que, passando por baixo desta casa vinha da R. do MFA e entroncava com o colector tripartido quase ao canto do antigo Cinema, e que ainda tem escorrências, ficou com a saída das suas águas também fortemente prejudicada (será esta uma das causas do repuxo com uns 2 m de alto na caixa Polis da zona, quando da chuva no dia seguinte à visita ministerial?!...)

2.7- O Colector pluvial do Barranco - É totalmente inexplicável o que se passa este ano com o colector pluvial da Bateria na Praia do Peneco. Há anos que vinha sofrendo saídas injustificáveis de águas negras em zona turística fundamental para o Concelho, mas as gestões camarárias iam ao menos disfarçando o problema, porém este ano tem sido um descalabro total: pois não só continuam a correr aí águas bem negras (e depois de pomposamente terem revolido todo o Centro da Cidade em nome da criação de esgoto separativo!...), como não houve o cuidado de tapar, como habitualmente na época turística faziam) a boca do esgoto com a parede de tijolo de costume, e de facilitar a escorrência sob o areal.

A boca nojenta do esgoto, que devia ser só pluvial, não chegou no total neste ano a estar tapada mais duns oito dias (Na primeira e muito tardia tentativa de tapagem bastou um Levante no dia seguinte, e a parede ruiu. Demoraram várias semanas, sem nova intervenção de quem devia... e em que o esgoto negro, em fins já de Julho, chegou a fazer uma lagoa de merda digerida na praia, à vista de mais de 3.000 ocupantes dos areais anexos, e com a GNR a fotografar... e com colocação de faixas de interdição. Já em pleno Agosto foi levantada então nova parede, que durou apenas cerca duma semana e foi totalmente derrubada pela madrugada de chuva de 17 de Agosto). Agora em Setembro já, mantém-se ali um esgoto de terceiro mundo, bem à vista, mal cheiroso e negro, e que desclassifica Albufeira! Desleixadamente, vê-se cem metros de trampa cano a dentro, o que não se devia ver... e ouve-se esgoto a cair... no escuro lá bem para o fundo!

Quando da chuva de 17 de Agosto, correu aí abundante esgoto negro (embora digerido, e não em bruto como na Meia Laranja), e com abundante caudal. E note-se que durante o Inverno o esgoto que em dias de chuva aí corria, era bem castanho, transportando terra e não trampa. Além de que no fundo do Barranco corria, e em pleno Verão, pelo menos entre o Centro de Saúde e o início do colector sob a “Rotunda do Poço da Morte”, entre frondoso canavial e silvedos, um límpido riacho de águas totalmente transparentes, eu vi, proveniente não sei donde (caudal natural não era, mas límpido). O que somado a que não foi a primeira chuva da época, chuva que limpasse o leito do Barranco e arrastasse detritos, faz pensar que o Polis na sua zona de intervenção fez algo de muito anormal nas ligações das tubagens de águas negras ao grande colector pluvial. O que haja de errado tem de ser imediatamente corrigido, pois as Praia do Peneco e dos Barcos, e com a elevada frequência que têm, e num alargadíssimo período de tempo, não podem correr o risco de ser interditadas ao uso balnear, ainda por cima por erros do nosso pomposo Polis!...

2.8- Esgoto Electrificado – No fim da calha pluvial na Meia Laranja, junto ao Café do Povo, encontra-se o que aparenta ser mais uma grande inovação Polis: bem dentro da calha, um conjunto de tomadas de electricidade para abastecer os placares de propaganda. Além de ilegal, é extremamente perigoso. A forma como está construída esta “novidade” indicia, no mínimo, colaboração Polis, ou de alguém ligado às obras e que o Polis não fiscalizou.

3- Diversos

Aproveito a abordar outros motivos de preocupação em Albufeira:

3.1 - O Pilar do Parque de estacionamento - No novíssimo parque, algo de insólito foi deixado: Na saída de veículos superior, mesmo junto à antiga chaminé da Concentradora, quem sai, se tem um carro mais comprido que a média, é confrontado com uma saída em ângulo recto,

em cujo vértice um indesejável pilar dificulta imenso o trânsito, obrigando inclusive nalguns casos, a várias manobras. Não é, depois da obra acabada, problema de fácil emenda, mas é lamentável que se projecte e aprove obra nova de raiz com erros destes.

3.2- Facilitar ao trânsito - Dificilmente se entende que, estando os arruamentos envolventes ao parque de estacionamento em condições de permitir circulação, se continue a complicar desnecessariamente a circulação na Rua Alves Correia sacrificada com o que não suporta: as paragens de autocarros e do comboio turístico; e não se passe de vez a Rua do MFA, e a R. Ferreira de Castro a sentido único descendente, com saída ascendente pela Travessa e pela Rua dos Telheiros, deslocando-se as paragens com largueza para a frente do parque de estacionamento. Todo o trânsito da zona ganharia outra lógica e fluidez. Seja qual for a solução definitiva para o trânsito da zona, agora o principal, até lá, é facilitar a vida aos utentes, pois Albufeira não é masoquista, e só quer é viver em paz.

3.3 - O colector do Inatel – Algo de errado continua com os colectores na Praia do Inatel, pois não só mais uma vez esta praia foi drasticamente rasgada por águas deles saindo em plena época turística, como se tem notado restos de esgoto na linha de rebentação, o que denota que as longas obras aí executadas no ano anterior deixaram problemas por resolver. Estranha-se mais uma vez que ainda falem em encher a nossa Enseada com areia... e uma das zonas mais referidas como candidata a esse enchimento seja a Praia do Inatel, desprotegida do Sudoeste e do Levante, e das enxurradas!...

3.4 - Porto de Abrigo - Estranha-se igualmente que sendo o nosso mini porto de abrigo, de facto, muitíssimo desabrigado de vendavais (que causam intranquilidade e prejuízos nos barcos dos pescadores), em lugar de ser dada prioridade, como se impõe, ao levantar da cotá do molhe Sul, por forma a não ser tão galgável pela ondulação, e à construção duma barra capaz, se prometa para breve a construção de molhes acostáveis internos, que correm o risco de ser novos obstáculos onde os barcos, em vendaval, vão embater e partir-se. Estranha-se igualmente que na iminência de desalojar as barracas dos pescadores do cais da sua velha Praia dos Barcos, falem agora em instalar os pescadores no Porto em contentores (e havendo tanto dinheiro Polis para tanta coisa prejudicial em Albufeira, que melhor era não ter sido feita). Todas as ideias, mesmo que parvas, do Polis tem verba de sobra, só os nossos pescadores é que tem de ser tratados com soluções provisórias (que se calhar tenderão a eternizar-se...)?

...

(Nota 1- As elevadas escorrências provenientes da travessa do Rego do Moinho que desembocam na Esplanada junto ao Rocamar provocaram, há umas duas décadas o despenhamento de parte da arriba e da Esplanada junto à rocha do Peneco. Foi a primeira arriba a ser artificializada no litoral concelhio, e o seu “remendo” tem indícios nítidos de fissuramento.

Um feio cano foi colocado então arriba abaixo, a meio caminho em direcção a S. Sebastião, e foi responsável durante muito tempo pelo emporcalhamento do areal da zona mais profunda da Praia do Peneco. Esse cano foi coberto a reboco projectado, inesteticamente, quando dos desmandos feitos pelo Ministério do Ambiente nesta praia.

A recente intervenção Polis nos esgotos dessa zona consistiu na colocação dum cano de pequena secção para os possíveis caudais em jogo, e no lançamento dos mesmos para a rede pública o que sobrecarrega ainda mais os fracos esgotos do Centro de Albufeira. A recolha de tais águas, devia ser feita logo acima na rua Coronel Águas, como já anteriormente sugeri.)

(Nota 2- A improvisada abertura da estrada do Cerro do Malpique, hoje rua António Aleixo, na década de 1960, sem que a Câmara de então tenha pensado sequer que na zona também chovia, e que a nova estrada, alterando completamente a topografia local, e a rede de muros mceiros, canalizava para o ponto mais baixo destas toda a escorrência dum vasto sector, e obrigava a uma rede bem pensada de águas pluviais, fez com que as mesmas, a curto prazo comesçassem por levar a própria estrada encosta abaixo, assente como está em altos taludes, mal consolidados. E depois, para evitar tal repetição, desenrascou-se a Câmara pondo um cano de 80 cm de diâmetro no ponto mais baixo da mesma, e lançando as águas a baldio encosta bem

inclinada abaixo, para terrenos particulares. E cada um que se afogue... Salvaguardou a tosca estrada, e não se preocupou com nada mais, nem com os oportunos protestos.

Pouco tempo depois, a escorrência saída desse cano, e resultante de nova chuvada, fez ruir dezenas de metros abaixo, o alto muro de suporte de terras da casa do Sr. Manuel Cabrita, no início da hoje R. do MFA, tendo ficado essa casa fortemente danificada. Reconstruiu a Câmara então o muro e a casa, mas tendo, como vinha sendo hábito uma visão irrealista, colocou aí, para receber as águas provenientes do cano de 80 cm de secção sob a estrada, um insuficiente cano com apenas 30 cm... (embora em troço vertical... e o que poupou é anedoticamente irrisório), e sem se preocupar minimamente com o percurso aleatório encosta abaixo entre ambos.

Nos anos seguintes nova chuvada fez cair o alto muro de suporte de terras nas traseiras da minha casa na R.Alves Correia, e arrasou construções anexas. Perante a passividade camarária, e para evitar que ao menos o percurso aleatório das águas fizesse mais estragos, construí anos depois à minha custa, e em acordo com o único engenheiro camarário de então, em betão, uma vala, encosta abaixo, de secção similar à do cano de 80 cm sob a estrada, que conduzia as águas desde este até ao colector camarário de 30 cm na casa do Sr. Manuel Cabrita... Este esquema pressupunha que os serviços camarários, ao menos, mantivessem limpa a entrada de águas no Cerro do Malpique, e livre de objectos de porte mais volumoso, bem como a entrada do cano de 30 cm...

O sistema funcionou alguns anos, até que uma vulgar lata vazia de tinta, nas primeiras e imprevistas chuvadas dum Setembro, flutuando na enxurrada, e funcionando como rolha, se entalou na curva à entrada do cano de 30 cm. Fez ruir o elevado muro de suporte da casa de minha irmã na R.Alves Correia, e demoliu construções a ele anexas, inundou fortemente a casa, pondo em risco de vida inclusive a minha irmã, pois o enorme e grosso muro de pedra, ao cair, foi embater de noite, com medonho estrondo, na parede do seu quarto, imediatamente junto à cabeceira da cama onde ela dormia.

A Câmara limitou-se a colaborar, com pessoal seu, no retirar de parte do grande volume de entulhos gerados. Para evitar que outro qualquer entupimento voltasse a por em risco a casa de minha irmã, coloquei então à nossa custa, e como saída de emergência em caso de novo entupimento, através do quintal de minha irmã (e entre o entupível cano de 30 cm da casa do Sr. Manuel Cabrita, e até à porta do nosso quintal na R.Alves Correia), um cano de 80 cm. Este cano já várias vezes tem sido atravessado por forte caudal quando há chuvadas, a última vez no passado mês de Agosto, e tem salvaguardado a casa de mais desmandos.

Há uma década no entanto, chuvada com novo entupimento, fez cair mais um alto muro na zona, o único que se mantinha ainda aí de pé, o das traseiras da casa do Sr. Dioclessiano, que a Câmara reconstruiu. Mais uma vez pressionei então a Câmara. Foi feito um estudo e declarado que as escorrências do ponto mais baixo da estrada do Cerro do Malpique não tinham hipótese de solução de acordo com os regulamentos respectivos dado o elevado desnível em jogo...

A fim de reduzir os caudais em causa, e os riscos, foi no entanto feita uma intercepção que conduz parte das águas, a Nascente, através da travessa do MFA (o que provoca aí também caudais elevados, e arrastamento de pedras e detritos que seguem pela rua do MFA abaixo); e outra intercepção pela calçada que conduz, do outro lado a Poente, à Travessa do Malpique.

Quando do último arranjo desta calçada, essa intercepção de águas provenientes do cimo do Cerro foi no entanto retirada (e é urgente repô-la!) o que, agravado pelo elevado e recente volume de construção e impermeabilização na zona está e a sobrecarregar imenso a saída da casa do Sr. Manuel Cabrita e a intranquilizar a zona. As elevadas escorrências, cheias de detritos, que as saídas da travessa do MFA e da R.Alves Correia provocam não dignificam em nada este eixo básico de acesso ao Centro de Albufeira. Tudo isto representa da parte das sucessivas gestões camarárias uma sucessão de atabalhoamento, e falsas economias momentâneas... dispendiosas!)

Manuel S.M. Nascimento

Manuel S.M.Nascimento

Documento apresentado, como público, na Sessão da AMA, em 6 de Setembro de 2006

Cinco breves observações ao PROT Algarve

1- Com que qualidade falo (?) - Embora sem ter tido tempo (nem paciência..), para analisar em pormenor mais este caso típico da errada forma como se faz planeamento em Portugal, não quero deixar de fazer algumas oportunas observações ao mesmo, por me parecer sem necessitar de mais, que é francamente lesivo dos interesses de Albufeira.

Baseio o que digo na análise do CD que a Câmara de Albufeira me facultou, e onde verifiquei que a qualidade do cartografado era bastante fraca, chamemos-lhe “genérica”, denotando que os estudos efectuados carecem de profundidade, e nas notícias que a comunicação social foi veiculando sobre o diferendo Câmaras/Prot, que também contém elucidativas entrelinhas.

Quero igualmente esclarecer que me pronuncio neste caso, não por mero gosto de argumentar contra, mas na qualidade de ser uma das decerto raras pessoas, e raros técnicos, que se podem orgulhar de (em serviço, e não só) já ter percorrido **a pé** e de barco **toda** a costa do Algarve, e a pé e de carro todos os seus povoados, caminhos e estradas.

Com os meus 66 anos de algarvio, e residência a funcionar de facto em locais de 3 Concelhos do centro (Albufeira, Messines, e Faro), desde há muito que todo ele me era familiar; porém no Verão e Outono de 1970, tive o privilégio de efectuar em serviço para a então Direcção Geral de Turismo o levantamento intensivo das potencialidades turísticas de todo o Algarve. Conservo um arquivo de 2.000 fotos a preto e branco desse trabalho, e amplas descrições de toda a costa, e dos povoados de 2/3 da região. De então para cá tenho voltado, embora não tão exaustivamente, a percorrer a maioria deste nosso muito especial mundo.

Nesses elementos se baseia a maioria do que tenho dito e escrito sobre o “peso” turístico de Albufeira, em relação ao todo regional (Não gosto de falar do que desconheço).

2- Planeamento imposto de cima – Mais uma vez estamos em presença dum pseudo planeamento típico português. Imposto pelo Poder; entregue a “Einsteins” lisboetas, que aterram cá em meia dúzia de escassos meses (pouco cá vêm, põem uns no geral verdes “escravos” no pouco trabalho no terreno), e sem tempo nem vagar de se integrarem totalmente nas realidades locais, arbitram, socorrem-se de “elementos de enciclopédia”, que verdadeiros bancos de dados automaticamente actualizados não os há, não actualizam sequer no geral dados, nem os aprofundam, quase não ouvem ninguém, e põem-se logo (que o tempo urge...), a traçar riscos no papel e escrevinhar normas restritivas (escudados no peso do seu alto currículo, e não nas opiniões dos “humildes locais”, sem “cultura livresca” mas que sentem à flor da pele os verdadeiros problemas do dia a dia).

Depois na fase seguinte, a agora em curso, é o velho esquema de dar um ar algo “democrático” a isto tudo: ouvir alguém (nomeiam uns “homens-sim” escolhidos a dedo... para poder dizer que foram ouvidos), mas não ligam nada, ou quase nada, ao pouco que então eles lhe dizem, não haja mesmo assim risco de ruir o frágil castelo de cartas montado.

Os burocratas tomam então conta de tudo, e a todo o mundo que não concorda chamam então “travões”. Desta vez foram as Câmaras da Região a ter esse papel de crítica...e a ver que de pouco serve dizer verdades, por mais verdade que sejam... (É bom que aprendam, e sintam os erros do Sistema!...) De muito menos valerá um vulgar cidadão pronunciar-se... pois já está tudo, ou quase tudo, previamente cozinhado.

Passados anos, muda o Poder, e decreta-se que o planeamento nunca chegou a ser verdadeiramente aplicado, porque não prestando não tinha razoabilidade, e não passou de travão ao desenvolvimento... e começam tudo de novo... Mas infelizmente da mesma maneira.

3- Cercear o Betão no Algarve litoral!? – Porquê (?), se não começam por cercear o Betão nos esburacados caos que são a Grande Lisboa, e o Grande Porto, onde a falta de planeamento custa imenso ao País (até em custo de infra-estruturas, e dispêndio de tempo em deslocações pendulares da população, implicando forte importação de combustível, a inerente poluição, e uma rede em galopante expansão de auto-estradas e outras vias...) Com clara

redução da qualidade de vida possível em suma. Planear no Algarve, sim, mas denegrir o Algarve litoral, não (!); cercear aqui (?), se é dos poucos locais do País onde bem ou mal vai havendo desenvolvimento algo sustentável, e onde não se escorrega sistematicamente para a cauda da Europa nos diversos indicadores económicos!?...

4- Sobre os “500m não edificáveis” ao longo da Costa muito haveria a dizer, mas antes do mais há que estranhar essa uniformidade de critério, como se o Algarve fosse algo de homogéneo, o que sendo totalmente errado desclassifica quem fez o planeamento, pois não estudou o suficiente para se aperceber sequer da diversidade em jogo (e da enorme diferença de peso que isso representa para a economia nacional), e para planear especificamente de acordo com ela, caso a caso.

O texto seguinte, que refere essa diversidade de características naturais e climáticas, e portanto de potencialidades, é extraído da minha comunicação em 2001 ao 11º Congresso do Algarve (por sua vez, nesta parte, um resumo levemente actualizado de artigo meu publicado no Jornal “O Dia”, então com grande expansão nacional, com o título “Actual Algarve Turístico”, no já longínquo dia 14 de Agosto de 1979).

Falar de turismo “no Algarve” a título genérico é incorrecto, cria equívocos pois na prática tal actividade restringe-se às poucas zonas mais dotadas, abordando as restantes só marginalmente. Urge distinguir a realidade das miragens (Mesmo hoje, em 2006, urge distinguir a realidade anual, a captação de divisas ao longo de todo o ano por algumas zonas privilegiadas, das curtas enchentes nacionais, dos feriados e das pontas de Agosto, que por todo o lado extravasam.)

Em relação a tal actividade, a Costa da Província Sul divide-se nitidamente em três grandes sectores, bem demarcados: o Ocidental - de Odeceixe à praia do Porto de Mós, junto à Ponta da Piedade - com uns 88 Km de extensão, desabrigado; o do Barlavento - da praia do Porto de Mós, à Ribeira de Quarteira - com cerca de 55 Km, o turístico; e o Sotavento - da Ribeira de Quarteira à foz do Guadiana - com perto de 75, o arenoso.

A crua realidade diz-nos secamente que, afecta já mesmo ao turismo, e mais que isso de potencialidades ao nível internacional e nacional até agora de primeiro plano na Província Sul só a estreita faixa costeira rochosa calcária (exposta a Sul, de arribas altas de mediana dureza, clara imposição geológica que vai da Ponta da Piedade - a Sul de Lagos - à Vilamoura e não continuamente, não ultrapassando a Norte um afastamento máximo de 2 Km em relação à costa, e fora dela as pequenas ilhas complementares de Sagres, Luz de Lagos, Monchique, Vale de Lobo/Quinta do Lago e Montegordo) representando no máximo ¼ da costa total, e nem 3% da área do Distrito

Mesmo na estreita faixa “turística” actual algarvia, com realismo, há a descontar por enquanto os extensos areais (quase ¼ dela...) da Meia Praia (Lagos e Alvor) e dos Salgados (Armação de Pêra - Galé), desabrigados, virgens e difíceis. É que plantar turismo sem infra-estruturas paisagísticas requer investimento extra e sofre de franca vulnerabilidade... ou corre riscos adicionais de descalabro paisagístico

O Algarve lendário circunscreve-se na prática pois, e em suma, aos quatro mais belos troços de costa da região: o da Ponta da Piedade (do Porto de Mós à Solaria, com 3 Km de costa no total); o da Praia dos Três Irmãos (desta à “Ponta João de Arens”, não mais vasto mas que se prolonga, mais modestamente é certo(!...) pelo Vau e Praia da Rocha - uma imagem do que o Homem irracionalmente em boa parte já destruiu...); o do Carvoeiro (da Ponta do Altar à Cova Redonda, quando muito até Armação de Pêra - bela costa duns 15 Km mas escassamente provida de areais); e o de Albufeira (da Pedra da Galé aos Olhos de Água, e em certa medida até à Vilamoura, com um total de cerca de 17 Km). É escasso pois “este” Algarve,

Os factores naturais que condicionam, na região, a qualidade paisagística, e a maior demanda turística de certas zonas da costa, são vários (a escassez dos troços de maior procura é explicada porque resultam do somatório desses vários factores, a maioria deles eliminantes...): a exposição a Sul (o que possibilita um mar mais calmo); costa alta (permite

abrigar as praias do desagradável vento norte, desagradável por si e por refrescar demasiado a água do mar; e possibilita expor as arribas à erosão e possível beleza); costa calcária de mediana dureza (a demasiado dura como em Sagres não permite suficiente rendilhado na arriba, tornando-a majestosa e “fria”; a demasiado branda, como cerca da Senhora da Luz, não permite, igualmente, o rendilhado nem todo um movimento de pontas e altos escolhos que criam beleza e abrigo de ventos, originando costa incaracterística, mole e desabrigada); arribas coloridas (as costas mais belas, na região, provem no geral de calcários dourados; as costas negras, acinzentadas ou esbranquiçadas, como em todo o Sector Ocidental, têm menor encanto; os arenitos vermelhos são responsáveis por costa, se bem que mole, bem colorida); “hinterland” movimentado (com barrancos litorais, vegetação típica “maquis”, pinheiros...); povoados complexos inseridos junto a arribas; areais...

O restante do Algarve, mau grado seja a esmagadora maioria: todo o interior calcário, a área xistenta serrana a norte, noroeste e nordeste; a costa negra desabrigada, atlântica oeste (de Odeceixe à Praia dos Telheiros, 2 Km a Norte do Cabo de S.Vicente) ardósica no geral, de praias de estreitos areais, na maioria, e difícil acesso, erma e pouco convidativa, que a mitologia de ontem e de hoje teima em povoar de “medos”; o troço calcário mole, incolor e inexpressivo, da Praia dos Rebolinhos (na enseada da Baleeira junto a Sagres) ao Porto de Mós, quase desprovido de areais em largos troços; a extensa costa da Vilamoura ao Guadiana, baixa e arenosa (quer a ligada ao “hinterland” quer a com lagunas, e com excepção de Vale de Lobo) forçoso é reconhecê-lo, tem potencialidades paisagísticas de plano diferente, necessariamente no geral muito menos espectaculares, e utilização balnear, até hoje, ligadas sobretudo a ocupação estival pelas massas urbanas anexas, e a um turismo menos exigente concentrado em diminutas áreas (com a vastidão do areal, virgem ainda, no Sotavento, propícia a um turismo de isolamento e com menor amplitude anual de utilização, ainda por concretizar, e que carece de forte apoio público e planeamento para o respectivo lançamento).

As pequenas “ilhas complementares” do Barlavento referidas, de: Sagres (cujo promontório fala sobretudo de grandeza - geográfica e humana - mas não de benignidade, e a permanência média, fraca, local do turista testa-o); e Monchique, são meros pontos de apoio a um turismo de passagem com base na Costa de Oiro. A Luz é um pequeno, embora cosmopolita enclave; Vale de Lobo (e a Quinta do Lago) vivem dum “turismo de isolamento”, ligado à extensão de areias, a certo colorido da costa e aos pinhais; Monte Gordo, um oásis mero fruto duma feliz situação de raia e drenagem humana de toda a “bacia geográfica” nacional do Guadiana, e de meio Sotavento (consequência da escassa acessibilidade dos areais além laguna)...

Aplicar face a tal disparidade um critério uniforme, peca intrinsecamente por demonstrar que quem o propõe nem percebe o que em cada local isso significa: nuns casos, e muitos, nada... noutros uma barbaridade!... E nem leva em linha de conta que nalguns casos, como em Albufeira, quem tem destruído o equilíbrio paisagístico em grande escala é o próprio Ministério do Ambiente, como na Praia do Peneco, e recentemente na do Pontão ao Inatel! Aos particulares será proibido promover, mas ao Estado continuará a ser permitida toda e qualquer selvajaria ?!...

5- Ratear camas pelos concelhos algarvios é desconhecer totalmente o que é turismo, e o que faz mover o turismo: O turista só vai para onde quer, não para onde o mandam! Albufeira não pode aceitar de forma alguma qualquer rateamento deste tipo, em nome de conceitos pseudo democráticos, e que só a atrofiação, sem beneficiar alguém.

Albufeira deve rejeitar este Prot! Planeamento sim. Falso planeamento não. Um bom planeamento deve afrontar a quantidade sem qualidade, mas deve permitir real Qualidade!

Manuel S.M. Nascimento

Manuel S.M.Nascimento

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia dá por encerrado o período do público e passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica disponível para consulta, por parte dos membros da Assembleia. -----

Feita a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia passa a palavra aos membros da Assembleia Municipal. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Não houve intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia encerra o período antes da ordem do dia e passa para o período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 27/06/2006 e 27/07/2006; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: Acta de 27/06/2006 -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Nelson Melo e Euridice Vieira, -----

Votos a favor: vinte e três (23) Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: Acta de 27/07/2006 -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Nelson Melo e Euridice Vieira, -----

Votos a favor: vinte e três (23) Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - É apenas para reforçar aquilo que já tenho dito aqui várias vezes. A Lei define que estas informações podem ser enviadas dois dias antes, mas não diz que pode ser enviada quatro ou cinco dias antes. Para termos tempo de analisar este documento, que por vezes é muito extenso, dois dias não são suficientes. Sr. Presidente, se quiser enviar o documento quatro dias antes, pode o fazer. -----

Presidente da Assembleia - Em relação à questão, logo que tenho os documentos na Assembleia, são-lhes enviados imediatamente. Fica registada a sua observação, que tem toda a lógica. -----

O Presidente da Câmara pede a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia, que a lhe concede. -----

Presidente da Câmara - Numa das últimas Assembleias, penso que foi na de Julho, foi aprovado e dada sequência a um concurso público para aquisição de serviços de

manutenção nos campos de futebol, nomeadamente no de Ferreiras, Guia e Quinta da Palmeira. Acontece que, todo o processo foi tratado de acordo com a legislação e regras, mas no processo e por uma questão técnica, não foi incluído, como é obrigação em função dos concursos públicos e daquilo que deve fazer parte do processo, o artigo 22º, que diz respeito à revisão dos cálculos das remunerações. Ou seja, foi feito todo o processo até ao art.21º e o art.22º, que é fundamental e que deveria fazer parte do processo, detectou-se que lá não estava. Verificando-se esse pressuposto e sendo isto despacho da minha competência, não da Câmara, mas tendo a Assembleia Municipal de se manifestar em termos da sua aprovação e tendo em conta que a questão é um erro processual, que tem a ver com todo o processo avançar de imediato ou atrasar até a uma próxima Assembleia, pedia à Assembleia Municipal e à Mesa, se assim o entenderem e sendo uma situação que é importante para a manutenção dos relvados e não mexe em valores, se a digníssima Assembleia Municipal estaria disponível para aceitar este processo com esta rectificação, como urgente, de modo a que o processo de concurso pudesse avançar de imediato, tendo em conta os procedimentos que são normais e que só não seguiram porque foi detectada esta falha, que é a não inclusão do art.22º, da revisão dos cálculos das remunerações que são obrigatórias nos processos de concursos públicos. -----

Presidente da Assembleia - Em termos de Mesa não há problema. Tanto quanto percebi, trata-se de um processo cujo procedimento é urgente. Vou colocar à consideração da Assembleia a sua admissão. Nos termos do nosso Regulamento e da Lei, realço que é necessário que os membros o admitam expressamente e reconheçam a sua urgência, para poder ser deliberado. É preciso que dois terços, no mínimo, votem favoravelmente a admissão do documento. Quem vota a admissão deste documento? ---

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DO DOCUMENTO -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos contra: zero (00) -----

O documento foi admitido -----

O membro Ricardo Silva, encontrava-se ausente da sala. -----

O membro Ricardo Silva regressa à sala. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, coloca à discussão a proposta. Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma,

Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Linha de Alta Tensão Tunes/Estói a 150 Kv - Reconhecimento de Interesse Público para Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Calhau - Boa noite à Mesa e aos colegas de Assembleia. Os membros da bancada do PSD sobre este ponto, têm uma proposta a fazer aos colegas de Assembleia, no sentido de não ser considerada, sequer, que a linha de Alta Tensão seja uma obra de interesse municipal. A razão de ser desta proposta prende-se naturalmente com tomadas de posição dos diferentes órgãos do concelho ao longo do tempo, desde a Junta de Freguesia, Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Comissões de Moradores. Portanto, esse conjunto de posições tem um todo coerente que deve ser considerado nesta altura, quando chegamos a um ponto que nos é pedido que tomemos uma posição sobre o interesse municipal. Passo a ler a proposta (doc.3): --

Exmo. Sr.
Presidente da Assembleia
Municipal de Albufeira

Assunto: Proposta de tomada de posição da Assembleia Municipal de Albufeira, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD), relativa ao pedido de reconhecimento de Interesse Público para Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional da Linha de Alta Tensão Tunes/Estói, a 150 KV, feito pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg).

Sobre o assunto em epígrafe e em resposta aos ofícios da CCDRAlg de 17/04/2006 e de 10/07/2006, solicitando que a Assembleia Municipal de Albufeira vote favoravelmente a Declaração de Interesse Municipal da Linha de Alta Tensão em questão, o Grupo Municipal do PSD propõe às restantes forças políticas que integram esta assembleia municipal, que este órgão vote negativamente a emissão da referida Declaração de Interesse Municipal.

Esta proposta do Grupo Municipal do PSD fundamenta-se nas tomadas de posição dos diferentes órgãos concelhios de que se destacam:

1. Deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, em reunião de 31/12/2002
2. Tomada de posição da Assembleia Municipal de Albufeira, em reunião de 15/01/2003
3. Tomadas de posição da Junta de Freguesia de Paderne e da Comissão de Moradores de Matos-Paderne, no âmbito da fase de Consulta Pública que decorreu entre 26 de Novembro de 2002 e 8 de Janeiro de 2003
4. Deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, em reunião de 3/06/2003
5. Tomada de posição da Assembleia Municipal de Albufeira, em reunião de 3/07/2003
6. Deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, em reunião de 10/05/2003

Estas deliberações e tomadas de posição justificam-se como salvaguarda do correcto ordenamento do território, das zonas de recursos naturais e do equilíbrio ambiental.

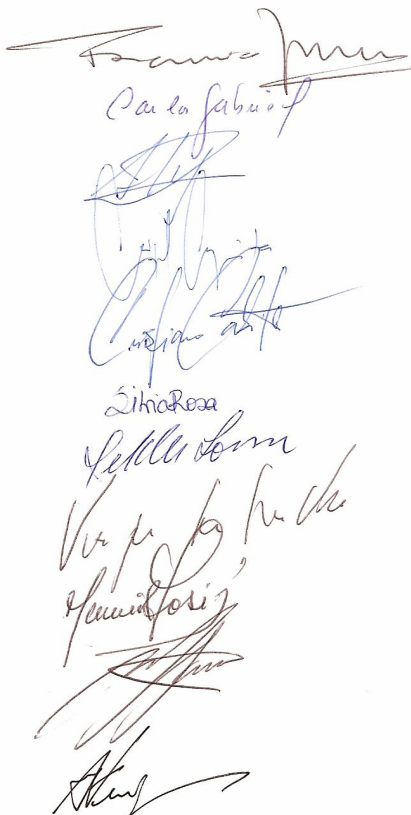
Além do mais, o traçado escolhido vem, em nosso entender, pôr seriamente em causa os projectos anunciados no âmbito do programa de criação das aldeias típicas de Paderne e Alçaria.

O traçado escolhido, designado por traçado norte, a par do traçado da A2 e do da Via do Infante, vem contribuir, ainda mais, para a fragmentação da Freguesia de Paderne, pondo em causa o seu desenvolvimento.

Assim, propõe – se que esta Assembleia Municipal, atentos todos os antecedentes mencionados, **delibere**:

1. **reprovar a proposta apresentada,**
2. **declarar que é contrário ao interesse público municipal, a ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional da Linha de Alta Tensão Tunes/Estói, a 150 KV, tal como proposto pela Ex.ma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.**

Subscrevem esta proposta os membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, abaixo assinados,



Handwritten signatures of the members of the PSD group, including names like Paulo, António, and others, written in blue and black ink.

Portanto, é uma proposta que fazemos, não para ser votada por si, a não ser que seja esse o entendimento da Mesa. É uma proposta dirigida a todos os membros da Assembleia. Não deveria ser partidária, tem que aparecer como partidária, mas é para desaparecer desse contexto a partir do momento em que todos os membros da Assembleia a votem favoravelmente. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Mais inscrições sobre este ponto? -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente e Srs. membros da Assembleia, o Partido Socialista gostaria de propor, também, no sentido da proposta já apresentada. Portanto, fazer da proposta que os membros do PSD nesta Assembleia propuseram, uma proposta conjunta. E é nesse sentido. -----

Fernando Neves - A CDU tem a mesma posição que qualquer um dos partidos aqui representados, tanto o PS como o PSD, nas várias sessões que foram aqui numeradas e, naturalmente, vai votar favoravelmente. -----

Presidente da Assembleia - Também adere á proposta? -----

Fernando Neves - Exacto. -----

Presidente da Assembleia - Pelo que entendo, a CDU e o Partido Socialista, também aderem à proposta. -----

Francisco Calhau - Esqueci-me de referir uma questão, também importante. É que, em todas aquelas deliberações que foram apontadas, houve sempre unanimidade. Acho que é justo dizê-lo. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal dos Táxis, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Sobre esta proposta, o Partido Socialista tem uma ideia sobre toda esta questão. Não está em causa o Regulamento propriamente dito e portanto, a questão que estamos aqui a debater, é uma questão formal, a aprovação do Regulamento. Para além da questão do Regulamento, existe uma outra questão, que é a questão da contingentação, ou seja, do número de viaturas que eventualmente possam surgir no futuro e que possa implicar, eventualmente, algum problema no que diz respeito ao próprio sector, ou á própria actividade. Parece-me que, na sua maioria, as pessoas que lidam com este sector não se opõem, e no caso o partido Socialista tendo analisado esta situação, não se opõe ao regulamento. Queríamos aqui de deixar só uma nota, no sentido de que, quando fosse eventualmente analisada, por parte da Câmara Municipal, a eventual extensão de outras licenças a outros motoristas, por necessidades do próprio concelho, fosse criada uma comissão ou um grupo de trabalho, no sentido de verificar os vários transportes que neste momento se encontram em actividade no concelho de Albufeira e que com isso se fizesse um balanço, um equilíbrio, relativamente aos vários transportes que circulam em Albufeira. É só. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Euridice Vieira,

Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da n.º 1 do art.6º da Lei n.º33/98, de 18 de Julho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Recordo que sobre este ponto foi constituída comissão, que elaborou uma proposta, a qual foi remetida a todos os membros da Assembleia para análise. Alguém da comissão quer intervir? -----

Francisco Oliveira - Quem deveria falar era a Sra. Dra. Ana Pífar, que é a presidente da comissão, mas como chegamos a um entendimento, devo dizer que, é uma proposta trabalhada numa proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e trabalhada pelos membros da Assembleia Municipal, a Dra. Ana Pífar, eu próprio e o Sr. Fernando Neves. Essa proposta foi já devolvida à Assembleia, com todas as correcções e parece-me, não haver grandes dúvidas quanto às questões formuladas. Portanto, à partida não levantamos questões, ficamos a aguardar algum esclarecimento que algum membro da Assembleia queira colocar. -----

Ricardo Silva - Julgo que seria de colocar aqui na composição a Associação dos Amigos de Albufeira. Esta proposta que faço, não sei se é unânime ou não? Deixo à consideração. -----

Presidente da Assembleia - Penso que, a questão de quem vai fazer parte, ainda vai ser objecto de deliberação, ainda vem cá a versão final. A Comissão vai formar-se, depois será feito o regulamento final, que virá à Assembleia. Mas penso que fará todo o sentido. -----

Francisco Oliveira - Quero acrescentar no que diz respeito às Associações lebro-lhes que, este regulamento com o número indicado provisoriamente, eleva-se a trinta e nove, quarenta membros. Portanto, não é de menosprezar, mas é para dar uma indicação que uma Comissão com quarenta membros dificilmente terá possibilidade de funcionar. Queremos, no que diz respeito ao Partido Socialista, que toda a gente esteja representada, mas que, efectivamente, a mesma seja eficaz e que funcione. ---- Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Sílvia Rosa, José

Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO SEXTO

Análise, discussão e tomada de posição, sobre o PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

Relativamente a este ponto, entendi que tinha toda a utilidade que o trouxesse a esta Assembleia, porque estamos em fase de discussão pública deste documento. Entendi eu, como poderia ter sido qualquer bancada ou qualquer membro da Assembleia, ter tomado a iniciativa. Penso que deveríamos, pelo menos, começar a tomar contacto com esta problemática toda, que envolve esta questão do PROT. O nosso município tem, de facto, posições já tomadas via Câmara Municipal. Tem também posições a serem tomadas por via da Assembleia Municipal e, podemos desde já avançar algumas exposições, sem carácter de amanhã não podermos alterar o posicionamento ou aditá-lo. Que este órgão, Assembleia Municipal, venha a tomar uma posição antes do período da discussão pública e daí também ter pensado que seria um tema interessante para as populações. Por esse motivo, pensei que deveríamos estar aqui neste Auditório, porque pensei que seria um tema que as pessoas têm interesse em debater. O ponto está à discussão, se entenderem tomar hoje posições, podemos tomá-las, se entenderem que não se deve tomar já, não se toma, mas o importante é trazer isto ao debate, porque este documento vai afectar-nos. É um documento que está neste momento numa fase que já houve muita discussão à volta dele, mas que está numa fase em que é bom que nós aqui também nos pronunciemos, ou que esta Assembleia se comece a debruçar sobre este ponto. Eu, no Gabinete da Assembleia, tenho bastante informação que está à disposição de qualquer membro da Assembleia Municipal, podem ir lá consultar. De qualquer forma, a maior parte da informação, penso que foi remetida aos líderes de bancada, para terem acesso ao mesmo que nós temos na Assembleia. Neste momento o debate é, os interesses do Algarve, não é um documento exclusivamente para Albufeira. Portanto, temos que equacionar, sempre, não numa visão redutora ao nosso concelho, mas evidentemente olhando aos interesses do nosso concelho. É um documento que seria bom que todos os concelhos estivessem unidos num objectivo comum, que é o Algarve, mas já sabemos que é um bocado complicado, porque às vezes há interesses que se justapõem e às vezes contrapõem e, o nosso objectivo é, sem perdermos credibilidade, não entrando numa exclusiva defesa só do nosso "umbigo" sem pensarmos no resto do Algarve, temos de olhar com a abrangência que merece e, evidentemente, não deixando também que os interesses que possam ser contrários aos de Albufeira sobreponham aos nossos próprios interesses. Aí temos de saber manifestar as nossas posições de forma credível e séria. Penso que isto suplanta questões de natureza partidária (como várias questões no Algarve deveriam suplantar essas questões) para que possam, de facto, ter força as deliberações. Este debate, penso que poderá ser o primeiro de vários, até se obterem consensos ou não, porque

também não há mal nenhum na divergência, mas o debate é importante e que se tirem conclusões. Esta Assembleia tem aqui membros que, de facto, poderão fazer um trabalho nesta Assembleia. Neste momento está aberto ao debate a questão do PROTAL. -----

Francisco Calhau - Sobre esta questão, não é fácil pronunciarmo-nos, porque a maioria dos dados (e são muitos) que estão disponíveis, são bastantes técnicos. Desde dados que são disponibilizados via Internet pela CCDR, a elementos que paralelamente chegaram à Câmara Municipal e que foram disponibilizados, a documentos internos do próprio departamento, existe um conjunto bastante variado de informação para poder ser analisado. Nós centrámo-nos essencialmente, nesta fase, em tentar perceber comentários, críticas técnicas, que têm sido feitas pelo Departamento de Planeamento e Projectos da Câmara. Na realidade existe um conjunto de relatórios que têm vindo a ser produzidos desde Fevereiro de 2004 até Julho do corrente ano, e chegámos à conclusão de que toda esta cronologia acaba por poder ser sintetizada em dois documentos, um do princípio deste ano, que resume as posições todas do passado dizendo basicamente que até Fevereiro deste ano praticamente havia uma grande dificuldade em a CCDR aceitar as críticas construtivas, os problemas que eram levantados pelo próprio Departamento da Câmara e depois, encontramos o documento de Julho, em que se faz e se chama a atenção de que já há um conjunto de pontos que começam a ter uma evolução positiva. Esta é basicamente a nossa posição. A evolução positiva, consideramos que é boa, é referido em vários pontos, designadamente o Pólo de Investigação e Biologia Marinha associado ao "Zoomarine", o Parque do Território e Museu do Turismo, Museu do Barrocal, a ligação da E.V.L.A. da Via Longitudinal a Albufeira e Paderne, o melhoramento na ligação da EN 396 da Guia a Albufeira, a estação Regional Inter modal de Passageiros de Ferreiras, Instalações Terrestres do Pólo de Albufeira, Hospital Particular + Centro de Saúde, Clínica Geriátrica. Todos estes pontos passaram a ser contemplados positivamente nesta fase e portanto, há uma evolução nesse sentido. Nós sabemos que estamos no princípio da fase da discussão pública, que vai até Novembro, e entendemos que temos muito a aprender sobre esta questão. Eu lembro-me de ter estado na aprovação da primeira geração dos PDMs e as coisas, porque eram os primeiros, apareceram na Assembleia Municipal como facto consumado e nós tivemos de dizer que não concordávamos, mas foi mesmo assim aprovado. Ficou assim e acabou! Desta vez não vamos poder dizer, quando chegar a fase do Plano Director Municipal, que não tivemos tempo de analisar as implicações que o PROT vai ter no mesmo. Teremos esta fase toda para analisar e pensar. Esta é a nossa óptica de ver as coisas e portanto, neste momento, para nós tem muita importância em termos de análise. Não somos especialistas em ordenamento, há pessoas que aqui estão que o são, que têm que lidar directa ou indirectamente com questões do ordenamento, mas a maior parte não o são. Eu não sou e como tal vou ter que aprender com quem sabe. Para mim, considero que nesta fase da discussão, é muito importante que a Assembleia tente consertar, através dos Departamentos competentes da Câmara, acções de clarificação sobre os temas em discussão e que são importantes para nós, porque em consequência do que ficar condicionado ou não no PROT, assim teremos o nosso PDM. E há aqui uma questão que me lembro de ter visto e

não chego a perceber se é positivo ou negativo, que é a questão: parece que o PROT se desenvolve em base de um conceito que é criar duas grandes centralidades. Criar duas zonas em que podemos ter as chamadas cidades regionais no âmbito de competição com as dimensões que existem na nossa vizinha Espanha. E portanto, nesta base, tenta-se criar à volta de Faro, Loulé, Olhão e criar à volta de Portimão, Lagos eventualmente Lagoa essas duas grandes centralidades. E Albufeira fica no meio, quer dizer, tudo terá de passar por este concelho. Poderemos ser a ligação para essas duas centralidades. Olhadas as coisas assim, é positivo, mas é que as ligações ocupam espaço e como ocupam espaço também retiram espaço a outro tipo de utilização que podemos ter interesse no nosso concelho. Para estas duas coisas, eu sou um leigo, não sei muito bem se vamos ter mais coisas positivas ou se vamos ter mais coisas negativas, porque como o nosso concelho vive essencialmente do turismo e têm dados demográficos, estatísticos, que demonstram que é o "motor principal" de todo o Algarve, resta saber se a ocupação de espaço com vias (obrigação para essas duas centralidades), é mais positivo do que a libertação de espaço para ocupação turística. O que eu diria é que nós estamos na fase de discussão, estamos numa fase inicial e portanto, o PSD pensa que nesta fase é importante darmos força a estes documento que estão a ser produzidos, principalmente esta última posição que foi tomada pelo Departamento de Planeamento e Projectos da Câmara e devemos aproveitar a fase que temos a seguir para conseguir produzir uma interpretação política com base no conhecimento técnico deste Departamento. Portanto, é essa a proposta que fica feita, a de que possamos aproveitar este espaço para ganhar tempo (positivamente) até ao fim da discussão pública, tomando já uma posição que é uma posição, digamos conjunta, e de apoio a este documento que foi produzido em Julho pelo D.P.P. e que sintetiza a posição que o Sr. Presidente da Câmara tem tomado nesta discussão. Basicamente era isso que queria dizer. -----

Pedro Ferro - Do que entendi da proposta do Sr. deputado, era que esta discussão que hoje está a começar, fosse alargada a outras sessões de trabalho para que depois produzíssemos um documento final. Isto porque penso que daquilo que disse, espera que com esse documento final ainda possa vir alguma coisa a ser rectificada a nível de PROTAL. Daquilo que tenho vindo a acompanhar do PROTAL, apercebi-me que, de facto, houve um salto muito positivo em relação ao anterior PROTAL. Quanto ao anterior, não previa sequer a actividade turística (quase que não era considerada). Este toma a actividade turística como espaço central da estratégia de desenvolvimento regional. Acho que foi um salto qualitativo importante para esta nova versão. Apercebi-me também que tem havido algumas modalidades ao nível da Comissão de concertação com o PROTAL, que de facto, se verifica essencialmente nesta última fase, mas que houve um salto positivo qualitativo desde a primeira versão, que aparece numa concessão minimalista, quase fechada, para a última versão que chegou agora às mãos. Eu também não tive acesso á última versão, tenho algumas informações sobre questões pontualmente alteradas. Agora, terei que ir comparar, o que ainda não houve possibilidade. Eu penso que, de facto, esta discussão que hoje começa aqui, pudesse prosseguir, se o Sr. Presidente concordar, numa outra sessão de trabalho, para que se possa chegar a um documento final de proposta que possa ir à Assembleia com

possibilidade de ainda influenciar a revisão do PROTAL. Já se tem sentido uma certa abertura nesta revisão. A questão das centralidades, deve ser discutida e analisada com outra possibilidade. Isso tem "outros pesos", tenho-a discutido com outros técnicos e até hoje ainda não consegui entender bem a viabilidade desta posição que a Câmara tem tomado. Com o coração, vou lá, mas pela razão, ainda não consegui encontrá-la. Falta-me aqui algumas questões. Era bom discutir isto. Propunha que a discussão pudesse ser alargada e com mais tempo, porque os documentos chegaram agora, ainda não estão os documentos finais, ainda hoje recebi algumas alterações que verifiquei. Há necessidade de mais espaço. Os Presidentes de Junta de Freguesia não tiveram conhecimento do que se passou até agora. Há uma semana atrás é que começou a chegar informação. É pouco. Obrigado. -----

Presidente da Câmara - Quero acrescentar o seguinte: A Câmara Municipal, desde há dois anos e tal, quando começou o processo sobre o PROT a criar corpo, tem analisado e criado uma série de documentação que, quer no âmbito da Câmara anterior, quer nesta, toda ela produzida pelo nosso Departamento de Planeamento, tem sido objecto de verificação, de concordância com esses pareceres e têm sido enviados para a CCDR de modo a que percebam exactamente qual é a posição do município de Albufeira, quer em termos daquilo que entendemos sobre o modelo territorial, quer aquilo que nós pretendemos enquanto equipamentos e, Albufeira "charneira" neste texto central do Algarve. O PROT aponta Albufeira como sendo um concelho de grande expansão, como um concelho extremamente importante e como eu disse, charneira. Mas acontece que, analisado o documento final, Albufeira vai perdendo alguma importância. Primeiro ponto: discordamos totalmente do modelo territorial, face aquilo que é procurar dar grande importância aos eixos de Faro, Loulé e Olhão, e aos eixos de Portimão, Lagos e Lagoa. E portanto, Albufeira, nesse contexto, pela sua afirmação, entende que tinha de ter um peso muito maior. Por outro lado, foram feitas e enviadas, como eu já disse, uma série de documentos sobre os equipamentos públicos que deviam ter lugar no concelho de Albufeira. Alguns já foram conseguidos, outros ainda não foram, mas de qualquer das maneiras, há aqui questões que foram de certo modo aceites, foram aquelas que o Eng. Calhau aqui já referenciou e foi também em relação às camas em Paderne, conseguiu-se cem camas turísticas. Paderne não estava inicialmente considerada, no entender da óptica da CCDR, o barrocal de Paderne não era muito próximo do mar, logo não era uma zona que merecesse essa designação. Mas ainda há aqui umas discordâncias e umas dúvidas, que nós não temos a certeza, que são: a questão dos direitos adquiridos; a questão dos loteamentos em vigor; a questão daquilo que está ainda e que até agora essa definição e essa responsabilização, porque a partir do momento que este documento entre em vigor é preciso garantir que aquilo que está aprovado, quer em loteamento, quer noutras situações, no nosso entender devem ser assumidos desde que tenham determinadas condições e essas são questões que ainda não foram muito bem explicadas. Nesta fase, a Câmara Municipal continua a preparar documentação, porque isto está no âmbito da discussão pública até trinta de Novembro. Há documentação suficiente na Câmara que pode chegar aos Partidos mas penso que já lhes foram entregues um conjunto, penso que às Juntas de Freguesia também já chegou alguma documentação. Não chegou? Então lhes serão entregues!

Esta discussão tem de ser, obviamente, mais alargada. Tem de ser uma discussão onde cada um deve fazer uma análise à sua maneira e procurar alguma informação que possa reforçar e ajudar a perceber o que está em causa. E também entendo que a Assembleia Municipal, em tempo útil e, se o Presidente assim o entender, poderá agendar uma Assembleia de trabalho, para discussão com os técnicos, se for necessário embora sejam questões políticas, mas eles poderão esclarecer alguns pontos que fazem parte de um processo que existe desde há dois/três anos e que são públicos em termos de deliberações camarárias. A altura é esta. O último documento que foi trabalhado foi até ao dia treze de Agosto e passou para discussão pública a catorze de Agosto. Se repararem bem, houve documentos que chegaram o ano passado e que a nova versão alterou substancialmente. Melhoraram muitas das situações que antes eram referenciadas, mas também há questões que continuam em dúvida. Como disse o Sr. Arquitecto, há questões do coração, da razão, estratégicas e não podemos ver Albufeira só como um concelho, temos de ver Albufeira num contexto regional, porque cada vez mais isso é importante, até em termos do novo quadro que aí vem os projectos intermunicipais e tudo o que são intervenções estratégicas no âmbito regional tem um valor acrescido sobre essa matéria. Portanto, temos de alargar o horizonte e olhar para os lados, mas obviamente defendendo o nosso concelho em termos de planeamento e aquilo que são, no nosso entender, as razões fundamentais para um equilíbrio sustentável deste concelho. Essencialmente é isso. -----

Presidente da Assembleia - Penso que este debate, é um debate importante a ser levado nesta Assembleia. Gostaria de recordar aos presentes, acerca de outros planeamentos que foram feitos e que eu na altura me insurgi contra eles e que tinha a haver com a ausência de rigor nas cartografias existentes. Ou seja, houveram deliberações que foram tomadas, que eu espero que agora não se deveria repetir porque há, de facto, meios técnicos que permitem que assim não aconteçam, que é as deliberações que venham a ser tomadas sobre cartografia actualizada. Todos nós conhecemos situações de Reservas, que são Reservas inconcebíveis porque não têm nada a ver com Reservas, são impraticáveis em termos quintais, são Reserva Agrícola (é um exemplo entre vários) e precisamente porque se basearam (o PDM incluído) em cartografia desactualizada, em que havendo urbanizações, a nível de PDM, não eram zonas urbanas, eram zonas e daí que temos casas feitas onde não se pode fazer nada porque carece e está em zona de Reserva. Eu assisti a isso e inclusive enquanto vereador nesta Câmara. Tudo isto dá azo a que depois exista falta de justiça e um planeamento pouco rigoroso. É um dos exemplos. Outra questão, para que as pessoas comecem a dilatar bem, já aqui foi referido, a questão dos direitos adquiridos. De que forma é que isso se irá processar e o que é que, de facto, queremos para o nosso concelho. Isso é que eu penso que são motivos de um forte debate, vendo as várias freguesias, na sua unidade, em relação ao concelho. Porque depois disto, o que se vai suceder, vai ser um outro documento, que será a revisão do próprio PDM, que se irá conter dentro disto. Devo notar e salientar, apenas a título informativo, ainda não a li porque me chegou hoje á mão, a legislação sobre a fixação da nova reserva Ecológica Nacional. Seria bom que esse Diário fosse também disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal. Eu acho que é um trabalho pesado para quem é leigo na matéria

e, de facto, penso que hoje devem fazer pelo menos o debate sobre a matéria e para além disso, devem arranjar talvez a colaboração dos próprios técnicos da Câmara para nos virem aqui dar alguns contributos, do ponto de vista técnico, para que nós possamos tomar as melhores opções de carácter político nas nossas deliberações.

Alguém deseja intervir? -----

Francisco Calhau - Se fosse possível esclarecer essa dúvida que tenho, mas que em certa medida, se apontar para esse sentido, é preocupante porque as condicionantes no PDM serão muito mais rigorosas. A ideia que eu tinha, era que a nova geração de Planos Directores Municipais se iam basear em cartografia à escala dez mil digital. Era só para saber se efectivamente isso se confirma ou não? Fiquei com a ideia de que esta nova geração de Planos Directores iria ser produzida em cartografia digital, à escala 1:10.000. Se assim for, o rigor é muito maior do que na actual. -----

Presidente da Assembleia - Informo também que temos no Gabinete da Assembleia a última versão do PROTAL em suporte digital. Foi retirado da Internet. Podem ir ao nosso Gabinete que a secretária faz cópias para todos os que quiserem. Mais alguém pretende usar da palavra? -----

Carlos Gabriel - Da consulta que fiz da última versão do PROT relativamente às linhas, existe três linhas. Consideram a primeira linha a cinquenta metros do ponto máximo da maior maré, depois a linha dos quinhentos metros e por fim a dos dois quilómetros. Nos planos que são apresentados em anexo, efectivamente não é uma linha que corresponda à linha costeira. O que me surpreendeu nisto tudo foi o seguinte, são criadas várias nomenclaturas, uma delas, os NDTs (Núcleos de Desenvolvimento Turístico) em que podem ser criados em todo o lado. Podem ser construídos em área protegida, desde que tenham uma área mínima de vinte e cinco hectares em zona agrícola, ou setenta hectares em área protegida, podendo ser constituídos um ou mais empreendimentos turísticos dentro dessa zona. Da primeira análise que fiz, dá-me a entender isto. E situando-me aqui no nosso concelho de Albufeira e olhando para aqueles mapas, a nossa Ribeira de Paderne, quando chega a Quarteira, tem uma zona protegida, mas como parece que existe já um ou várias pessoas a comprarem os lotes, se conseguirem arranjar setenta hectares de terreno vão alterar a situação toda, colocam lá um ou dois empreendimentos turísticos, aqueles que lá couberem. O que é que vai acontecer? O pequeno proprietário com apenas um lote de terreno, que queira construir, não consegue, terá de o vender a preço de terreno agrícola porque não vai conseguir fazer nada, mas outro, se comprar todo o terreno envolvente e chegar aos setenta hectares em zona protegida, faz dois empreendimentos. É o que está lá escrito! Eu compreendi isso. Faz dois empreendimentos com vinte camas por hectare, se for área protegida, ou um hotel com trinta camas por hectare. Eu penso que este PROT tem de ser mesmo discutido a fundo. Outra situação que se falou aí, dos Planos, uma coisa que me preocupou bastante, dos projectos das Urbanizações já aprovadas. Na página 112, no artigo 2.1.3., não está muito explícito, mas parece-me que diz que os Planos de Urbanização que estiverem aprovados à data da entrada do PROT, são aprovados. Terão de ser enviados para registo até 31-12-2007. Eu, como é lógico, não tive tempo para fazer uma abordagem muito profunda sobre o Plano. É um documento enorme, com muita informação e portanto, tem de ser muito bem visto. Vai dar muito trabalho. Eu

estou empenhado nisso, a fazê-lo pessoalmente, e se todos o fizermos, depois conversando nestas reuniões da Assembleia, cada um expõe o seu ponto de vista, se calhar conseguimos chegar a um documento para enviar à CCDR com as nossas posições. É tudo. -----

Francisco Calhau - A sugestão é convoca-se uma sessão da Assembleia, ou uma reunião de trabalho, mas o Sr. Presidente já o tinha sugerido. -----

Presidente da Assembleia - O meu pensamento também vai um bocado nesse sentido. Isto é uma primeira abordagem, pelo menos coloca-nos a todos perante algum sentimento de não estarmos bem dentro do assunto e temos essa obrigação, de nos colocarmos bem dentro do assunto. Eu penso que também é o sentir de todos. Agradeço, de facto, que reúnam os elementos, está tudo à disposição. As pessoas partidárias se reúnam, que façam os debates interno, acho que devemos fazer isso, e num futuro próximo (tem de ser próximo) eu irei convocar uma reunião, seja ela uma Assembleia deliberativa ou meramente de trabalho, para se proceder ao debate. Acho que não podemos passar ao lado deste grande tema que vai influenciar a nossa vida nos próximos anos. Não nos devemos demitir de tomar uma posição credível, séria e fundamentada. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 07 de Setembro de 2006 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

